



Dívida pública fica em 82,9% do PIB, e déficit soma R\$ 5,5 bilhões

Juros altos freiam construção no 3º tri, mas infraestrutura sustenta empregos

Página 3

BNDES destina R\$ 22,5 milhões a projetos culturais de todo Brasil

Página 5

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,42
Venda: 5,42

Turismo
Compra: 5,41
Venda: 5,59

EURO

Compra: 6,05
Venda: 6,05

Governo autoriza contrato de R\$ 30 bilhões para motoristas de aplicativos



Foto: Marcelo Camargo/Alb

O Ministério da Fazenda autorizou a disponibilização de até R\$ 30 bilhões para linhas de financiamento voltadas a motoristas de aplicativos e taxistas, no âmbito do programa Move Brasil.

Despacho assinado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e publicado na edição desta quinta-feira (29) do Diário Oficial da União autoriza a assinatura de termo aditivo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para gerir os recursos.

O documento tem como base a Medida Provisória nº 1.359 e prevê a oferta de crédito reembolsável para a aquisição de veículos novos.

Página 3

Campanha orienta trabalhadores sobre denúncias de assédio eleitoral

Página 6

Metrô de SP inicia troca de bilhetes magnéticos por QR Code a partir de novembro

Página 2

Temporada de cruzeiros começa na sexta com projeção de mais empregos

Página 4

Esporte

Interlagos recebe últimos ajustes para o GP de São Paulo

Por Tiago Mendonça

Interlagos já está em clima de Fórmula 1: o Autódromo José Carlos Pace passa pelos últimos ajustes visando o GP de São Paulo, marcado para domingo, 8 de novembro. Será a 54ª edição da corrida no Brasil, e a 44ª disputada em Interlagos, que passou por uma verdadeira transformação nos últimos meses.

A reforma recém-concluída incluiu a construção de duas novas arquibancadas cobertas permanentes, no setor D ('S do Senna') e no Orange Tree Club (na curva do Laranjinha), além da ampliação da arquibancada A, uma das mais populares. As obras devem conferir cerca de 9 mil

lugares a mais para o público.

A pista também passou por mudanças sutis, mas significativas. Os famosos 'salsichões', aquelas zebrazas amarelas mais altas, foram suavizadas na 'S do Senna' e na freada da curva 8, depois do Laranjinha. A área de escape da Junção ganhou um novo trecho de concreto, que pode exigir observação de 'track limits'.

O circuito passou nesta quinta-feira, 29, por uma inspeção do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, acompanhado pelo CEO do GP São Paulo de Fórmula 1, Alan Adler. Os dois aproveitaram também para participar da inauguração do novo mural do artista Eduardo Kobra, feito no entorno da curva do Laranjinha.

Responsável pela icônica ima-

gem de Ayrton Senna erguendo o troféu da vitória, estampada no prédio do controle de corrida em Interlagos, agora o artista preparou um outro mural, que coloca Ayrton em meio a pontos turísticos e marcos da cidade de São Paulo, ladeado por personagens comuns do dia-a-dia da capital.

A apresentação do mural e das obras foi seguida de uma entrevista coletiva concedida por Adler e pelo prefeito Ricardo Nunes.

Enquanto a organização do GP de São Paulo destacou o aumento de público (de 181 mil pessoas em 2021 para 303 mil em 2025), o rejuvenescimento dos fãs (de 44 para 35 anos de média) e a diversidade (80% mais mulheres), o prefeito indicou que já existem negociações para ampliar o con-



Ricardo Nunes e Eduardo Kobra

trato com a Fórmula 1.

Neste momento, o GP de São Paulo está garantido no calendário até 2030. E como a concorrên-

cia por datas na categoria é cada vez maior, Ricardo Nunes afirma que já iniciou as conversas para uma extensão pelo menos até

2035, inclusive atendendo a todos os pedidos de melhorias feitos pela F-1.

"É de muito interesse da cidade fazer a ampliação desse contrato, de 2030 até 2035. Como a cidade tem dado uma grande resposta, eu tenho impressão de que vai ser interesse da Fórmula 1 fazer essa prorrogação. As perspectivas são muito boas", disse Ricardo Nunes.

O GP de São Paulo deste ano está marcado para os dias 6, 7 e 8 de novembro, com a presença do brasileiro Gabriel Bortoletto na pista, correndo pela Audi. Recém-anunciado na Haas, o pernambucano Rafael Câmara também deve fazer parte da programação, fazendo o primeiro treino livre pela Ferrari.

9º Brasileiro de Kart Endurance e 10º Brasileiro de Rotax divulgam programação

O Kartódromo KGV Arena Itu, em Itu (SP), recebe nesta semana a nona edição do Campeonato Brasileiro de Kart Endurance e a décima edição do Campeonato Brasileiro de Kart Rotax. As competições, organizadas pela Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), em parceria com a Federação de Automobilismo de São Paulo (FASP), têm programação prevista até sábado, dia 31 de outubro, e já reúnem mais de 60 participantes entre pilotos e equipes.

O 10º Campeonato Brasileiro de Kart Rotax conta com

44 pilotos confirmados, distribuídos nas categorias Micro Max, Mini Max, Junior Max, Max, Max Master e Max Super Sênior. Uma das novidades desta edição é que os competidores utilizarão seus próprios motores durante a competição, diferentemente do formato com motores fornecidos pela organização.

Já o 9º Campeonato Brasileiro de Kart Endurance reúne 22 equipes inscritas nas categorias Endurance Cadete e Endurance F4. A etapa de Itu será a última prova de longa duração do kartismo nacional em 2026 e exigirá estratégia, regularidade

e eficiência nas paradas de box.

Na Endurance Cadete, a prova única terá duração de 1h45min, mais uma volta, com três pit stops obrigatórios: dois de cinco minutos e um de 15 minutos. Na Endurance F4, o desafio será ainda maior, com uma corrida de cinco horas, mais uma volta, e quatro paradas obrigatórias: três de cinco minutos e uma de 15 minutos.

Programação reúne treinos, classificatórias e finais

As atividades de pista começaram na quarta-feira (28), com os primeiros treinos livres oficiais das categorias Rotax e

Endurance. Na quinta-feira (29), os pilotos do Rotax seguem com os treinos e iniciam as disputas classificatórias, enquanto as equipes do Endurance avançam na preparação para as provas.

Na sexta-feira (30), a programação prevê as super classificatórias do Rotax durante a manhã. A solenidade de abertura e a foto oficial dos pilotos e karts estão marcadas para as 10h30. Na sequência, as equipes do Endurance F4 e Cadete participam de treinos livres e tomadas de tempo.

O principal desafio do dia

será a prova única da Endurance F4, prevista para começar às 14h25, com duração de cinco horas. A cerimônia de pôdio de todas as categorias está programada para as 19h30.

O sábado (31) será reservado às decisões. As finais do Campeonato Brasileiro de Kart Rotax começam às 10h05, com a Micro Max, seguida pelas categorias Max, Max Master, Mini Max e Junior Max. As provas terão distâncias entre 13 e 18 voltas, conforme a categoria.

Às 13h30, será dada a largada para a prova única da Endurance Cadete, com duração pre-

vista de 1h45min, mais uma volta. A cerimônia de pôdio das categorias Rotax está programada para as 13h45, enquanto a premiação da Endurance Cadete está prevista para as 15h20.

A transmissão das corridas poderão ser vistas nos canais da CBA e do KGV no YouTube.

Os campeonatos de kart organizados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (Copa Brasil e Brasileiro de Kart) têm o patrocínio do Banco BRB, o "Banco Oficial do Automobilismo Brasileiro" e MG Pneus. **Mais informações, acesse: www.cba.org.br**

Residência do Iamspe tem número de vagas ampliado em 2027

O Programa de Residência Médica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) tem o número de vagas ampliado para 2027. Nesta edição, poderão ingressar nos cursos 253 médicos, nove a mais do que no ano anterior. O período de inscrição é de 20 de outubro a 3 de novembro de 2026. Saiba mais no site: <https://www.avancasp.org.br/informacoes/283/>.

Há mais de cinco décadas consolidado como um dos principais centros de formação médica do Estado de São Paulo, o programa de residência do Iamspe ampliou o número de vagas em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia,

Medicina Intensiva, Neurologia, Urologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Angioradiologia e Cirurgia Endovascular. No total, o Instituto dispõe de formação para 45 especialidades médicas.

No último processo seletivo, em 2025, o Iamspe contabilizou 8.305 candidatos inscritos. Entre as especialidades que apresentaram os maiores índices de concorrência por vaga, destacaram-se a Dermatologia, com 128,33 candidatos por vaga, e a Neurocirurgia, com 92 candidatos por vaga, seguidas por Otorrinolaringologia e Oftalmologia, com 75 e 71 candidatos por vaga, respectivamente.

“A ampliação de vagas reafirma o compromisso constante do Iamspe com a excelência na formação de novos especialistas. É muito gratificante ver a procura crescente por nosso programa, o que reflete a confiança dos profissionais em nossa instituição”, destaca Maurício Ventura, coordenador da Comissão de Residência Médica (Coreme) do Iamspe.

A prova do processo seletivo de ingresso na residência médica do Iamspe é única. O teste será aplicado no dia 28 de novembro de 2026, às 14h30, na cidade de São Paulo. Confira mais informações no edital publicado no site: <https://www.avancasp.org.br/informacoes/283/>. (Governo de SP)



Foto: Governo de SP

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



HISTÓRIAS

O Brasil [e mais 50 países] foram os fundadores [em 1945 após a 2ª guerra mundial] da Organização das Nações Unidas. Os grandes objetivos eram a paz e segurança internacionais, os direitos humanos ...

DAS

... e o desenvolvimento sustentável. Também em 1945, o Brasil restaurou sua Justiça Eleitoral [criada em 1932 e interrompida durante o período ditatorial do governo Getúlio Vargas] que completou 94 anos ...

POLÍTICAS

... Além do Tribunal Superior Eleitoral, existem os Tribunais Regionais Eleitorais [estaduais e no Distrito Federal], sendo que o do Estado de São Paulo é o maior e mais importante da América do Sul ...

NA

... Um dos motivos da ONU nunca ter conseguido seus objetivos [após 80 anos] é que o mundo real nunca combinou [especialmente com relação às liberdades religiosas] com o Caráter de DEUS e as Éticas ...

ORGANIZAÇÃO

... do Cristo, apesar dos primeiros artigos dizerem que “todos os humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e têm capacidade pra gozar os direitos e as liberdades estabelecidas, sem distinção ...

NAÇÕES

... de qualquer espécie [leiam-se raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política; além de todos os direitos que em tese eram buscados e todos os demais que não são plenamente achados no Século 21] ...

UNIDAS

... Os textos mais sonhadores estão nos artigos 55 e 56 : “... comprometendo os países membros [hoje mais de 190] a promoverem o respeito universal aos direitos humanos e às liberdades globais”

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Deem graças a Deus, o Senhor, porque ele é bom; o seu amor dura para sempre” Salmos 136.1 (NTLH)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Metrô de SP inicia troca de bilhetes magnéticos por QR Code a partir de novembro

A partir deste domingo (01), os bilhetes magnéticos do tipo Edmonson deixarão de ser aceitos nas catracas das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Metrô. A utilização dos tradicionais bilhetes pode ser feita até sábado (31). Para atender aos passageiros que ainda possuem bilhetes não utilizados, o Metrô disponibilizará, de 1º de novembro a 31 de janeiro de 2027, a troca destes bilhetes por QR Codes nas estações Paraíso e Tatuapé.

O encerramento do uso do bilhete Edmonson marca o fim de uma tecnologia presente na rotina dos passageiros desde o início da operação comercial do Metrô, em 1974. A medida faz parte do processo de modernização dos meios de acesso ao sistema, que hoje oferece diferentes alternativas de pagamento, com opções digitais, eletrônicas e por aproximação.

Como será feita a troca

O atendimento será realizado nos guichês de bilheterias em funcionamento das estações Paraíso (linhas 1-Azul e 2-Verde) e Tatuapé (Linha 3-Vermelha), das 6h às 22h. A substituição será destinada exclusivamente aos bilhetes Edmonson do Metrô de São Paulo, do tipo G-01 Unitário, que deverão estar válidos, em boas condições de conservação e sem sinais de utilização ou inutilização, como pichetes, barras danificadas, rasgos ou outras marcas que comprometam sua integridade.



Foto: DN/Divulgação

Ao longo da história, mais de 30 edições especiais do bilhete foram lançadas.

tes, barras danificadas, rasgos ou outras marcas que comprometam sua integridade.

Os passageiros que apresentarem até 10 bilhetes válidos poderão realizar a troca no momento da solicitação. Acima desse limite, os bilhetes deverão ser entregues para análise e validação, mediante apresentação de documento oficial de identificação e fornecimento de telefone ou e-mail para contato. Após a análise, o passageiro será informado sobre a data para retirada dos QR Codes correspondentes.

Com a retirada definitiva do bilhete magnético, os passageiros

podem utilizar diferentes formas de pagamento para acessar o Metrô. Entre as opções disponíveis estão o Bilhete Único, o cartão TOP e os bilhetes unitários com QR Code, em formato impresso ou digital.

Os QR Codes podem ser adquiridos nas bilheterias, nas máquinas de autoatendimento das estações, pelo aplicativo TOP e pelo WhatsApp, no número (11) 3777-9456. As máquinas de autoatendimento também passaram a aceitar pagamento por Pix, além do cartão de débito. Outra alternativa é o pagamento diretamente nas catracas por aproximação, com cartões físicos ou virtuais de

crédito e débito das bandeiras Visa, Mastercard e Elo. A funcionalidade também pode ser utilizada por meio de celulares, relógios inteligentes e outros dispositivos compatíveis com carteiras digitais.

A ampliação das formas de pagamento busca oferecer mais praticidade aos passageiros, acompanhando a evolução tecnológica e tornando o acesso ao transporte público cada vez mais simples e conveniente.

O encerramento marca a despedida do padrão Edmonson, nome dado em homenagem ao inglês Thomas Edmondson, que criou no século XIX bilhetes ferroviários de papel numerados. O formato foi adotado pelo Metrô de São Paulo desde 1974 e, posteriormente, ganhou a tecnologia magnética.

Nas décadas seguintes, o pequeno cartão de 6,5 por 3 centímetros virou parte da rotina dos paulistanos e também ganhou espaço entre colecionadores. Ao longo da história, foram produzidos mais de 13,7 bilhões de bilhetes, em cerca de 30 edições diferentes.

A produção também passou por diferentes países. Os primeiros bilhetes magnéticos e os equipamentos usados para a leitura foram importados da França. Com a nacionalização do sistema, a fabricação passou para a Casa da Moeda e, posteriormente, para fornecedores na Argentina. (Governo de SP)

Obra do piscinão que reforçará proteção contra alagamentos no Morumbi alcança 85,6%

As obras do piscinão construído pelo Governo de São Paulo na Praça Alfredo Gomes, no entorno do estádio do São Paulo Futebol Clube, alcançaram 85,6% e têm como objetivo reduzir os alagamentos provocados pelas chuvas fortes nas regiões do Morumbi e de Paraisópolis, na zona sul da capital.

Com investimento de aproximadamente R\$ 145 milhões da SP Águas, o reservatório terá capacidade para armazenar 44 milhões de litros de água, volume equivalente a cerca 4,4 mil caminhões-pipa. A conclusão está prevista para dezembro de 2026.

A estrutura será subterrânea, com formato circular, 48 metros de diâmetro e 27,5 metros de profundidade. O reservatório receberá o excesso de água do Córrego Antonio durante tempestades como esperadas durante o El Niño, armazenando temporariamente parte do volume que passa pelo sistema de drenagem. Depois, a água será liberada gradualmente, ajudando a reduzir a pressão sobre o córrego e as galerias da região.

O Antonio nasce na região de Paraisópolis e segue em direção ao Morumbi, passando sob o estádio e pela Avenida Jorge João Saad. Em períodos de chuva intensa, o aumento do volume

de água pode provocar alagamentos ao longo desse percurso. A obra busca ampliar a capacidade de escoamento e armazenamento da água para reduzir esse risco.

Com o do Morumbi, serão cinco os piscinões entregues pelo Governo de SP desde 2023, totalizando R\$ 960 milhões em investimentos na Região Metropolitana da capital. Foram entregues dois em Franco da Rocha, um em Francisco Morato e outro que atende as cidades de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

A estratégia de implantação, operação e manutenção dos piscinões integra o plano de resiliência hídrica do Governo de São Paulo e está alinhada às medidas de preparação para eventos climáticos extremos, reforçadas pela Operação SP Sempre Alerta - El Niño 2026/2027, lançada em 15 de outubro.

A iniciativa reúne mais de 180 medidas e cerca de R\$ 29 bilhões em investimentos até 2029, com foco na ampliação da segurança hídrica e no fortalecimento da capacidade de resposta do Estado. Entre as iniciativas estão obras de drenagem, contenção de cheias, recuperação de rios e modernização do monitoramento hidrometeorológico.



Foto: Divulgação Governo de SP

Além do reservatório, o projeto no Morumbi inclui a canalização de 951 metros do Córrego Antonio. Desse total, 851 metros são executados pelo método não destrutivo, conhecido como Tunnel Liner, que permite construir a passagem subterrânea sem precisar abrir uma vala ao longo de todo o trecho. Os 100 metros restantes serão executados com aduelas pré-moldadas de concreto.

A intervenção também prevê a implantação de 1,1 quilômetro de novas galerias pluviais na região da Avenida Jussara Rimet. Essas estruturas ajudam a captar e conduzir a água da chuva, complementando o trabalho do piscinão.

O piscinão da Praça Alfredo Gomes faz parte de um conjunto de obras realizadas em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo para reduzir os alagamentos na região do Morumbi. O sistema inclui um segundo reservatório, na Praça Roberto Gomes Pedrosa, em frente ao estádio, sob responsabilidade da administração municipal.

Esse segundo piscinão terá capacidade para armazenar 133,5 milhões de litros de água. Somadas, as intervenções envolvem investimentos de aproximadamente R\$ 335 milhões, incluindo os dois reservatórios e outras melhorias na drenagem. (Governo de SP)

Contas do governo têm superávit de R\$ 4,8 bilhões em setembro

As contas do Governo Central, que incluem Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registraram superávit primário de R\$ 4,8 bilhões em setembro, após déficit de R\$ 14,4 bilhões no mesmo mês de 2025, informou na quinta-feira (29) a Secretaria do Tesouro Nacional.

A receita líquida cresceu 13,6% (acréscimo de R\$ 24,6 bilhões) acima da inflação na comparação com setembro do ano passado, enquanto as despesas aumentaram 2,4% — o que corresponde a uma alta de R\$ 4,7 bilhões.

O resultado foi impulsionado principalmente pela alta das receitas com petróleo, Imposto de Renda e pela receita extraordinária decorrente da devolução à União de recursos referentes a precatórios de exercícios anteriores cancela-

dos pelo Poder Judiciário.

Alta do petróleo ajuda nas receitas

As receitas provenientes da exploração de recursos naturais cresceram R\$ 5,7 bilhões em termos reais, alta de 71,9%. Segundo o Tesouro, o avanço refletiu a valorização internacional do petróleo, o aumento da produção e a comercialização de petróleo e gás da União pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

A rubrica de demais receitas não administradas aumentou R\$ 12,8 bilhões em termos reais, principalmente por causa da devolução de recursos de precatórios cancelados.

Já a arrecadação do Imposto de Renda cresceu R\$ 7,3 bilhões acima da inflação, puxada sobretudo pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. O imposto de

exportação sobre óleo bruto também contribuiu para o resultado, com arrecadação de R\$ 2,9 bilhões no mês.

Pelo lado das despesas, os créditos extraordinários aumentaram R\$ 9,9 bilhões. Segundo o Tesouro, a maior parte dos recursos foi destinada a medidas para reduzir os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio.

Desse total, R\$ 7,6 bilhões foram destinados a subvenções econômicas para a produção e a importação de diesel e derivados de petróleo.

O relatório mostra que a guerra no Oriente Médio esteve presente tanto do lado das receitas quanto das despesas públicas. Enquanto a alta do petróleo favoreceu a arrecadação com exploração de recursos naturais, os gastos extraordinários foram direcio-

nados a ações para mitigar os impactos econômicos do conflito.

Os gastos com benefícios previdenciários cresceram R\$ 2,1 bilhões acima da inflação, refletindo o aumento do número de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a política de valorização real do salário mínimo. Parte dessa pressão foi compensada pela queda de R\$ 8,4 bilhões, em termos reais, das despesas discricionárias.

Acumulado do ano

Apesar do resultado positivo em setembro, as contas permanecem deficitárias no acumulado do ano. De janeiro a setembro, o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 90,2 bilhões, ante déficit de R\$ 100,3 bilhões no mesmo período de 2025. (Agência Brasil)

Governo autoriza contrato de R\$ 30 bi para motoristas de aplicativos

O Ministério da Fazenda autorizou a disponibilização de até R\$ 30 bilhões para linhas de financiamento voltadas a motoristas de aplicativos e taxistas, no âmbito do programa Move Brasil.

Despacho assinado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e publicado na edição de quinta-feira (29) do Diário Oficial da União autoriza a assinatura de termo aditivo com o Banco Naci-

onal de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para gerir os recursos.

O documento tem como base a Medida Provisória nº 1.359 e prevê a oferta de crédito reembolsável para a aquisição de veículos novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A autorização foi concedida após manifestações favoráveis

da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que atestaram o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à contratação.

Move Aplicativos

O Move Aplicativos integra o Move Brasil e é voltado a taxistas registrados, ativos e com regularidade fiscal, e a motoristas de aplicativos com cadastro ati-

vo há pelo menos um ano e com, no mínimo, 100 corridas pelo mesmo período.

As montadoras que participam do programa também terão de atender a algumas exigências, como o preço do veículo, que terá que ser abaixo da tabela.

A expectativa do governo é que sejam comercializados, no mínimo, 200 mil carros. (Agência Brasil)

Juros altos freiam construção no 3º tri, mas infraestrutura sustenta empregos

A construção civil perdeu ritmo no terceiro trimestre de 2026, pressionada pelos juros elevados e pelo aumento dos custos, mas a expansão das obras de infraestrutura ajudou a sustentar o mercado de trabalho do setor, segundo relatório apresentado na quinta-feira (29) pela Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

O indicador de atividade da construção recuou em relação aos três meses anteriores e a igual período de 2025. Apesar da desaceleração, o setor manteve a criação de vagas formais, concentrada principalmente em projetos de energia, transmissão elétrica e instalações industriais.

Para este ano, a projeção da Cbic é de crescimento de 1,2% para o PIB da construção civil. A expectativa é de avanço moderado, sustentado pelo desempenho do primeiro semestre e pelo emprego em obras de infraestrutura.

Para 2027, uma aceleração mais consistente do setor dependerá, segundo o relatório, da redução dos juros e do arrefecimento dos custos da construção.

"A taxa de juros ser elevada realmente impacta bastante o nosso negócio. O que a construção espera, e a gente apresentou isso para todas as candidaturas, é que haja um cuidado com as contas

públicas que possibilite a queda dessa taxa de juros, que impacta não só a produção nem só a venda, mas o consumo das famílias", afirmou Eduardo Aroeira, presidente da Cbic, durante coletiva de imprensa nessa manhã.

A taxa de juros elevada foi apontada por 40% dos empresários consultados como o principal problema enfrentado pelo setor. Segundo a Cbic, é o maior percentual desde o terceiro trimestre de 2023. O custo do crédito, o endividamento das famílias e o encarecimento dos insumos dificultam o planejamento das empresas e restringem a expansão.

A pressão sobre os custos aparece nos indicadores setoriais. O INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), acumulou alta de 6,64% nos 12 meses encerrados em setembro, acima da inflação oficial, de 4,58% no mesmo período. A mão de obra subiu 7,78%, enquanto materiais e equipamentos tiveram aumento de 6,06%.

Mesmo com a perda de ritmo da atividade, a construção civil encerrou agosto com 3,15 milhões de trabalhadores com carteira assinada, o maior contingente desde o início da série do Novo Caged, em janeiro de 2020. O ní-

mero foi 3% superior ao registrado no mesmo mês de 2025.

De janeiro a agosto, o setor criou 200.431 empregos formais. As obras de infraestrutura responderam por 79.065 vagas, alta de 26,89% em relação ao período homólogo, quando foram criados 62.312 postos. O resultado superou o da construção de edifícios.

Segundo Ieda Vasconcelos, economista-chefe da Cbic, o avanço está relacionado à execução de projetos contratados em leilões e concessões realizados nos últimos anos e a investimentos privados em empreendimentos industriais e energéticos. A expansão ocorre principalmente no interior do país, com complexos de energia renovável, linhas de transmissão de grande porte e fábricas de celulose.

A capital paulista permaneceu como a cidade que mais criou empregos na construção em números absolutos. Nos primeiros oito meses do ano, os serviços especializados responderam por 59,32% das novas vagas abertas na cidade. Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador também estiveram entre os municípios com maior geração de postos de trabalho.

"A gente vivencia um ciclo de expansão da infraestrutura, e esse ciclo é longo e vai continuar.

Em relação ao mercado imobiliário continuamos com atividade, com o processo produtivo no próximo ano, porque lançamos unidades no ano passado e estamos lançando neste ano. O crescimento em 2027 será sustentado pelos dois segmentos", afirmou Ieda. Para ela, a maior preocupação está no setor imobiliário.

A Cbic avalia que os juros elevados e o endividamento das famílias continuam limitando a expansão do mercado imobiliário. A entidade também aponta a reforma tributária e a escassez de mão de obra entre os desafios que devem permanecer no radar das empresas em 2027.

"O setor da construção civil, mercado imobiliário, nunca emitiu nota fiscal para venda de apartamento. Porque o próprio contrato, a promessa de compra e venda era suficiente para caracterizar a venda e a tributação. Com a nova reforma tributária, nós passamos a ter que emitir nota fiscal, uma coisa que a gente nunca fez, e essa nota fiscal também não está preparada no momento. A nossa preocupação é grande, por conta dessa necessidade de definições que ainda estão por falta e que não dependem das nossas empresas", afirmou Aroeira. (Folhapress)

Consumo nos lares acumula alta de 2,70% até setembro, diz Abras

O Consumo nos Lares Brasileiros registrou alta de 2,70% no acumulado de janeiro a setembro, segundo balanço da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que considera o percentual praticamente estável em relação aos 2,71% acumulados até agosto.

Em setembro houve alta de 0,59% em relação ao mesmo mês de 2025.

Na comparação mensal, houve queda de 1,46%, depois de dois meses de crescimento, sendo 3,01% em julho e 2,21% em agosto. O levantamento indica que também foram registradas quedas em setembro de 2024 (-1,30%) e de 2025 (-0,94%).

Os dados foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE e contemplam o desempenho de todos os formatos de supermercados, desde os pequenos, de bairro, até os grandes.

Segundo o vice-presidente

da Abras, Marcio Milan, o consumo mantém trajetória positiva ao longo do ano, mesmo em cenário em que as famílias precisam conciliar o abastecimento dos lares com outros compromissos do orçamento. "O resultado acumulado até setembro mostra a continuidade desse movimento", analisa.

Milan destacou que os indicadores do mercado de trabalho seguem favoráveis, fatores positivos para o consumo, com taxa de desocupação em 5,3% no trimestre encerrado em agosto e população ocupada em 103,5 milhões de pessoas, maior contingente da série histórica.

"O rendimento médio real habitual de todos os trabalhos chegou a R\$ 3.777, com crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2025. Já a massa de rendimento real habitual atingiu R\$ 385,6 bilhões, também recorde da série, com avanço de 4,8% na comparação anual, o equivalente a R\$

17,5 bilhões a mais", disse.

Milan citou o Bolsa Família, que destinou R\$ 13,04 bilhões a cerca de 19,3 milhões de famílias em setembro, e o Conselho da Justiça Federal, que liberou R\$ 3,22 bilhões aos Tribunais Regionais Federais para o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), envolvendo mais de 278 mil beneficiários, além do pagamento de 521,9 mil restituições do Imposto de Renda.

Milan afirmou que uma das conquistas mais relevantes do governo atual foi a isenção de impostos para os produtos da cesta básica, com uma gama maior de itens, incluindo as proteínas (carne, frango, peixe), o que deve ajudar a manter o consumo.

"Por outro lado, existe uma preocupação com relação às novas taxas de impostos que serão divulgadas no início da nova gestão, para que isso não onere o restante dos produtos que compõem a cesta de alimento e de consumo. Também estamos

preocupados com o endividamento das famílias e as medidas do governo com relação a isso."

O vice-presidente da Abras ressaltou a necessidade da manutenção da proibição das betas, que colaboraram para aumento do consumo. Segundo dados divulgados esta semana pela entidade, as vendas de alimentos tiveram alta nas semanas posteriores à medida: de 6,5% de 05 a 11/10/2026, e de 6,3% de 12 a 18/10/2026, ambas comparadas com o mesmo período do ano passado.

Milan citou também a aprovação do fim da escala 6X1 e na redução da jornada de trabalho dos funcionários. "O supermercado teve um papel relevante na época da pandemia por ser uma atividade essencial. Essas medidas trouxeram uma preocupação porque foi uma legislação para todos os elos da cadeia. Nosso recado é o de que isso não desorganize o sistema de abastecimento como um todo." (Agência Brasil)



- Então olhei para o Brasil e vi o campo:

- Quero saber apresenta:

"... A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faespp), sob a liderança de seu presidente, Tirso Meirelles, reafirma seu compromisso com o desenvolvimento nacional, a produção sustentável e o fortalecimento das instituições democráticas diante do resultado das eleições presidenciais. Respeitar a escolha soberana dos eleitores é essencial para uma democracia sólida. Contudo, as urnas também transmitiram uma mensagem importante: cerca de 49% da população deseja mudanças, cobrando responsabilidade fiscal, eficiência e segurança. Nesse cenário, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), destacou que o grupo apoiará as iniciativas do governo alinhadas aos interesses dos produtores rurais. Segundo ele, encerrado o período eleitoral, é hora de seguir em frente, construir convergências e trabalhar em parceria, sem deixar de defender firmemente o setor diante de medidas contrárias aos seus interesses. (Fonte: Notícias Agrícolas / FaespSenar / FPA)



Foto: Divulgação/Agência TBR

Pix e bancarização impulsionam inclusão financeira, aponta estudo da Fin

O acesso aos serviços financeiros está se tornando menos desigual entre as regiões brasileiras, em um movimento que envolve desde a bancarização e os pagamentos instantâneos até o mercado de capitais, de acordo com estudo da Fin (Confederação Nacional das Instituições Financeiras).

O Pix, que movimentou R\$ 3,8 trilhões em setembro, pode ter contribuído para esse processo. Entre 2020 e 2025, o uso da ferramenta cresceu mais nos estados onde o crédito tinha menor peso na economia no início do período.

Segundo Vinicius Botelho, autor do estudo e gerente de assuntos econômicos da Fin, o Pix pode ter acelerado a inclusão financeira ao tornar mais vantajoso entrar no sistema bancário. Ele destaca que a ferramenta cria um efeito de rede em que quanto mais pessoas a utilizam, maior o incentivo para que outras também passem a fazer parte do sistema.

Para o economista, a tecnologia pode ajudar a explicar o avanço observado, embora as causas da redução das desigualdades regionais ainda não estejam totalmente esclarecidas. A bancarização também avançou em todo o país. Até 2024, ao menos 94% da população adulta brasileira tinha relacionamento ativo com o sistema financeiro. O Norte registrou o maior crescimento do número de pessoas bancarizadas entre 2020 e 2024, com alta de 20,8%, seguido pelo Nordeste, onde o avanço foi de 13,3%.

A pandemia foi um marco nesse processo. Até outubro de 2020, o distanciamento social e o pagamento do auxílio emergencial por contas digitais contribuíram para que 9,8 milhões de pessoas iniciassem relacionamento com instituições financeiras desde março, segundo dados divulgados à época pelo Banco Central. O Pix só começou a funcionar em novembro daquele ano.

A expansão também se refletiu na atividade financeira, que cresceu acima da economia local em 21 dos 27 estados entre 2022 e 2023. No Norte, o setor avan-

çou 12,2%, ante alta de 2,9% do PIB regional. No Centro-Oeste, o crescimento foi de 11,9%, enquanto a economia da região avançou 8,1% no período.

Botelho destaca estudos acadêmicos que associam a inclusão financeira ao empreendedorismo, ao mercado de trabalho e até à saúde, por facilitar o acesso ao crédito.

O relatório aponta que o crédito por habitante cresceu mais nos estados onde o saldo de empréstimos e financiamentos por pessoa era menor. Entre 2024 e 2025, o volume real avançou, em média, 7% nas unidades federativas que tinham menos de R\$ 20 mil por pessoa nessa modalidade em 2024. Nos demais estados, a alta média foi de 4%. Apesar da aproximação, o crédito por habitante ainda é, em geral, mais elevado no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Na média das 27 unidades da federação, o volume real de crédito por habitante cresceu 5,6% no período. As operações com pessoas físicas responderam por cerca de três quartos dessa expansão, com contribuição de 4,3 pontos percentuais. Já o crédito às empresas acrescentou 1,3 ponto percentual.

Os financiamentos foram o principal componente da expansão do crédito às pessoas físicas em 21 estados. Dentro dessa modalidade, o financiamento imobiliário foi o que mais impulsionou o crescimento em 18 unidades federativas.

O estudo aponta ainda que o crédito às pessoas físicas aumentou em todos os estados entre 2024 e 2025. Já o destinado às empresas teve resultados mais desiguais, com variações entre queda de 8% e alta de 19%.

O estudo aponta ainda que as emissões de debêntures e notas comerciais cresceram em todas as macrorregiões entre 2023 e 2025. No Norte e no Sul, o avanço anualizado em termos reais foi de pelo menos 50%. Para distribuir as emissões por região, o estudo considerou o estado em que está registrada a sede de cada empresa emissora. (Folhapress)

Dívida pública fica em 82,9% do PIB, e déficit soma R\$ 5,5 bilhões

O setor público consolidado – União, estado, municípios e estaduais – registrou déficit primário de R\$ 5,5 bilhões em setembro, enquanto a dívida bruta permaneceu em 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 111,1 trilhões.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (29) no relatório de Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC).

O endividamento ficou estável em relação a agosto, mas permanece no maior patamar desde 2021, período marcado pelos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Na comparação com setembro de 2025, quando o déficit primário foi de R\$ 17,5 bilhões, houve melhora no resultado das contas públicas.

O déficit primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública. O resultado de setembro foi influenciado por desempenhos distintos entre os níveis de governo e as empresas estatais.

Resultado por esfera

Em setembro, o desempenho

das contas públicas foi o seguinte: Governo Central: superávit de R\$ 3,5 bilhões; Estados e municípios: déficit conjunto de R\$ 5,6 bilhões; Empresas estatais: déficit de R\$ 3,4 bilhões.

O resultado negativo consolidado, ao somar as três esferas de governo, ficou em R\$ 5,497 bilhões, abaixo do déficit primário de R\$ 10 bilhões registrado em agosto e dos R\$ 17,5 bilhões de setembro do ano passado.

Apesar da melhora, as contas públicas acumularam déficit primário de R\$ 94,3 bilhões entre janeiro e setembro de 2026, equivalente a 0,93% do PIB. No mesmo período de 2025, o resultado negativo havia sido de R\$ 79,2 bilhões, ou 0,84% do PIB.

Metodologias diferentes

Nesta manhã, o Tesouro Nacional divulgou que o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 4,8 bilhões em setembro. A divergência de números em relação ao Banco Central decorre da diferença de metodologia.

As estatísticas do Tesouro baseiam-se nos valores executados no Orçamento. O Banco Cen-

tral calcula o resultado primário com base na variação do endividamento de cada ente público: Governo Central, estados, municípios e estatais.

Dívida permanece elevada

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange o governo federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os governos estaduais e municipais, alcançou R\$ 111,1 trilhões em setembro, o equivalente a 82,9% do PIB.

O indicador ficou estável em relação ao mês anterior, mas avançou 4,3 pontos percentuais no acumulado de 2026.

Segundo o Banco Central, o comportamento da dívida em setembro refletiu principalmente:

Juros nominais apropriados: contribuíram para elevar a dívida em 0,8 ponto percentual do PIB; Resgates líquidos de dívida: reduziram o indicador em 0,4 ponto percentual; Variação do PIB nominal: teve impacto negativo de 0,4 ponto percentual sobre a relação entre dívida e PIB.

No fim de 2022, a dívida bruta correspondia a 71,7% do PIB.

Desde então, o indicador aumentou mais de 11 pontos percentuais, aproximando-se dos níveis observados durante a pandemia.

Juros ampliam déficit

As despesas com juros nominais do setor público somaram R\$ 107,5 bilhões em setembro, ante R\$ 84,7 bilhões no mesmo mês de 2025. O aumento anual foi de R\$ 22,8 bilhões.

De acordo com o BC, a elevação foi influenciada pelo resultado menos favorável das operações de swap cambial, venda de dólares no mercado futuro, cujo resultado entra na conta de juros. Também contribuíram para a elevação o crescimento do estoque da dívida e a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado de 12 meses até setembro, os gastos com juros chegaram a R\$ 1,205 trilhão, equivalente a 8,99% do PIB. No mesmo intervalo encerrado em setembro de 2025, a despesa havia sido de R\$ 984,8 bilhões, ou 7,86% do PIB.

Quando os juros são inclui-

dos no cálculo, o resultado das contas públicas passa a ser medido pelo déficit nominal.

Em setembro, o déficit nominal do setor público consolidado foi de R\$ 113 bilhões. No acumulado de 12 meses, o saldo negativo chegou a R\$ 1,275 trilhões, correspondente a 9,51% do PIB.

Dívida líquida avança

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que desconta os ativos financeiros do governo de suas obrigações, atingiu R\$ 9,4 trilhões em setembro, equivalente a 70% do PIB.

O indicador subiu 0,7 ponto percentual em relação a agosto, quando estava em 69,3% do PIB, e acumulou alta de 4,7 pontos percentuais no ano.

Segundo o Banco Central, o avanço mensal foi influenciado principalmente pela incorporação dos juros da dívida, que acrescentou 0,8 ponto percentual à relação entre a dívida líquida e o PIB.

Déficit recua em 12 meses

Apesar do resultado negativo acumulado no ano, o défi-

cit primário apresentou melhora na comparação dos últimos 12 meses.

Até setembro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 70,1 bilhões, equivalente a 0,52% do PIB. Em agosto, o indicador correspondia a 0,62% do PIB.

No período de 12 meses encerrado em setembro, os resultados por segmento foram:

Governo Central: déficit de R\$ 52,7 bilhões, ou 0,39% do PIB; Estados: déficit de R\$ 14,4 bilhões, ou 0,11% do PIB; Municípios: superávit de R\$ 7 bilhões, ou 0,05% do PIB; Empresas estatais: déficit de R\$ 10 bilhões, ou 0,07% do PIB.

A trajetória da dívida pública e o peso dos juros permanecem entre os principais desafios fiscais do país. O aumento do endividamento eleva o custo de financiamento do governo e reduz o espaço disponível no Orçamento para outras despesas, enquanto a evolução do resultado primário influencia a capacidade de estabilizar a dívida em relação ao PIB. (Agência Brasil)

Instituto prevê impacto fiscal de R\$ 40 bilhões com promessas de Lula

As medidas anunciadas durante a campanha eleitoral à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva podem ter impacto fiscal de R\$ 40 bilhões sem previsão no Orçamento deste ano e no de 2027, estima a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo vinculado ao Senado Federal.

O cálculo considera mudanças na Bolsa Família, a perda de arrecadação relacionada a bets e um pacote de medidas voltado aos microempreendedores individuais (MEI).

A estimativa consta no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro, divulgado na quinta-feira (29). Segundo a instituição, o valor não inclui outras propostas apresentadas durante a campanha, como a ampliação do programa Pé-de-Meia para estudantes do ensino superior e a gratuidade do transporte coletivo nos fins de semana.

O relatório também alerta para a necessidade de um ajuste fiscal para estabilizar a dívida pública e aponta perspectivas de déficit primário este ano e em 2027.

Contas

Exportações de produtos beneficiados pelo acordo Mercosul-UE crescem 21%

As exportações brasileiras de produtos beneficiados pelo acordo comercial entre Mercosul e União Europeia cresceram 21% entre maio e setembro de 2026, na comparação com igual período do ano passado. Os dados foram divulgados na quinta-feira (29) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MdC).

O período corresponde aos primeiros cinco meses de aplicação provisória do acordo, que entrou em vigor em 1º de maio deste ano e prevê a redução ou eliminação gradual de tarifas de importação entre os dois blocos econômicos.

Segundo o ministério, os maiores aumentos nas vendas ao mercado europeu foram registrados nas exportações de abacates frescos (421%), mel (367%) e óleo de milho (266%).

A pasta também destacou o ferro-silício-manganês, com crescimento de 173%, o alumínio em bruto (107%) e os óleos combustíveis (102%). Além disso, houve avanço nas exportações de etanol (95,2%), óleo essencial de laranja (75,8%) e maçãs frescas (29%).

Os R\$ 40 bilhões estimados pela IFI estão associados a três frentes de medidas anunciadas durante a campanha:

Bolsa Família: reajuste dos benefícios do programa social; Bets: perda de arrecadação relacionada ao fim das apostas de quota fixa; MEI: medidas de ampliação de benefícios para microempreendedores individuais.

O impacto fiscal poderá ser maior caso outras propostas sejam implementadas.

A instituição ressalta que o cálculo não contempla o Pé-de-Meia Universitário nem a isenção de tarifas de transporte coletivo aos fins de semana.

A IFI projeta déficit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país este ano. Para 2027, a avaliação apresentada na abertura do relatório indica que os novos compromissos, somados às divergências entre as estimativas da instituição e os números do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), podem elevar o déficit primário efetivo potencial a 1% do PIB.

O déficit primário ocorre quando as despesas do governo

superam as receitas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

A instituição calcula que seria necessário alcançar um superávit primário de 2,1% do PIB para estabilizar a relação entre a dívida pública e o tamanho da economia.

"Considerando que a IFI estima ser necessário um superávit primário de 2,1% do PIB para estabilizar a relação dívida pública/PIB, esse quadro indica a necessidade de um ajuste fiscal equivalente a algo como 3 p.p. [pontos percentuais] do PIB", afirmaram os diretores Marcus Pestana e Alexandre Andrade na apresentação do relatório.

Juros

O relatório também destaca que a elevação das estimativas para a taxa de juros real neutra (aquela que, em tese, não estimula nem desacelera a atividade econômica) aumenta o esforço necessário para estabilizar o endividamento público.

A mediana das estimativas de juro neutro chegou a 6,1% ao ano no terceiro trimestre deste ano, acima dos 5% utilizados anteriormente como referência pela IFI. Nesse cenário, o superávit primário necessário para estabilizar a dívida subiria de 2,1% para 2,9% do PIB, mantidas as demais hipóteses do exercício apresentado no relatório.

A instituição também calcula

que a probabilidade de a dívida bruta superar 90% do PIB até 2030 aumenta de 78,9% para 81,6% quando considerada a incerteza sobre o juro neutro.

Crédito público

Outro ponto abordado no relatório são as operações de crédito realizadas pela União com recursos do Orçamento, classificadas como despesas financeiras e que não entram diretamente no cálculo da meta de resultado primário.

Segundo a IFI, os pagamentos relacionados a créditos concedidos com recursos orçamentários passaram de R\$ 71,7 bilhões em 2023 para R\$ 220,3 bilhões acumulados até outubro deste ano.

Descontados os retornos ao Tesouro Nacional, as saídas líquidas chegaram a R\$ 147,7 bilhões em 2025 e a R\$ 180,5 bilhões nos dez primeiros meses deste ano.

Embora essas operações não comprometam formalmente o cumprimento das metas fiscais, a instituição avalia que elas têm impacto efetivo sobre a trajetória da dívida pública.

Previdência e BPC

A IFI também identificou pontos de atenção nas projeções orçamentárias para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No caso da Previdência, o re-

latório aponta que o Projeto de Lei Orçamentária de 2027 não contabiliza o impacto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre aposentadoria especial, estimado em R\$ 13 bilhões.

Em relação ao BPC, a instituição observa divergências entre as projeções do governo e os dados disponíveis até agosto deste ano. Enquanto a estimativa governamental pressupõe redução do número de beneficiários no segundo semestre do ano e aumento das cessações em 2027, os registros indicavam expansão no total de benefícios emitidos.

Plano fiscal

Sobre a condução da política econômica após a reeleição de Lula, a instituição não prevê mudanças bruscas. A expectativa é de continuidade da estratégia gradualista de ajuste fiscal, com correções pontuais.

Os diretores da IFI, no entanto, defendem medidas consistentes para enfrentar o desequilíbrio das contas públicas e criar condições para a retomada dos investimentos.

"Sem um ajuste fiscal consistente não haverá retomada relevante dos investimentos estratégicos, crescimento acelerado, criação de empregos de qualidade, incremento da renda e dinheiro para financiar políticas públicas essenciais", avalia Marcus Pestana.

O relatório também recomenda a apresentação de um plano fiscal para os próximos quatro anos e a definição do comando do Ministério da Fazenda, em meio às incertezas dos mercados financeiros.

Para a instituição, o desafio é conciliar o controle do endividamento, o financiamento de políticas públicas e a abertura de espaço no Orçamento para investimentos capazes de estimular o crescimento econômico.

Remanejamento

Na semana passada, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou que pretende remanejar R\$ 20 bilhões do Orçamento de 2027 para fazer frente aos novos gastos. A pasta não divulgou o impacto total das medidas anunciadas durante a campanha eleitoral. Apenas informou que o restante da diferença seria coberto pela revisão para baixo de estimativas de gastos obrigatórios no projeto de lei do Orçamento do próximo ano.

A mensagem de alteração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 será encaminhada ao Congresso Nacional assim que for designado o relator do projeto.

Para este ano, a pasta informou que os impactos serão residuais porque a maior parte das medidas anunciadas só começam efetivamente a valer no próximo ano. (Agência Brasil)

Temporada de cruzeiros começa na sexta com projeção de mais empregos

A temporada brasileira de cruzeiros turísticos 2026/2027 começa nesta sexta-feira (30), com um quarto a mais de leitos e a perspectiva de superar a marca de 72 mil empregos gerados no período passado. As viagens na costa do país se estendem até 9 de abril do ano que vem.

O Ministério do Turismo disse na quinta-feira (29) que espera uma movimentação de R\$ 4,72 bilhões. Isso deve ser possível com o aumento de 24% nos quartos oferecidos pelos navios, que terão um total de 800 mil leitos. A pasta se baseia em informações da Associação Internacional de Cruzeiros Marítimos (Clia, na sigla em inglês).

Nesta temporada, serão oito navios dedicados à costa nacional, um a mais do que no ciclo anterior. Os portos de embarque e desembarque incluem Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Itajaí, Balneário Camboriú e Paranaguá.

Haverá ainda embarcações

internacionais de passagem. Estão programados 28 navios de longo curso, de 22 companhias diferentes, que realizarão mais de 200 escalas em 32 portos e pontos de parada ao longo do litoral do país.

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, explicou que a temporada de cruzeiros impacta a economia brasileira de ponta a ponta.

"Quando um navio chega a um destino, toda a cadeia de serviços é beneficiada, do transporte à hospedagem, da alimentação ao comércio local. Isso gera oportunidades para pequenos e grandes empreendedores, além de criar empregos e gerar renda para quem recebe os turistas", afirmou.

Um dado importante para o setor é a tendência de aumento da participação de estrangeiros entre os cruzeiristas, que foi de 16,1%, em 2024/2025, para 23,9%, em 2025/2026.

Feliciano aponta essa ten-

dência como uma oportunidade para impulsionar a entrada de turistas internacionais.

"Quando o turista desembarca e vivencia a cultura e a hospitalidade local, ele movimenta a economia e se torna um promotor dos destinos. É essa engrenagem que consolida o turismo como um motor definitivo de desenvolvimento, transformando o potencial dos nossos destinos em geração real de negócios, postos de trabalho e crescimento econômico nas cidades", ressaltou o ministro.

Principais portos

Segundo dados da Clia no Brasil, considerando as operações de cabotagem e os navios de longo curso, Santos (SP) lidera a projeção da temporada, com 640 mil leitos previstos e um potencial de injeção de mais de R\$ 616 milhões na economia.

Na sequência, o Rio de Janeiro (RJ) aguarda 316 mil leitos e

impacto de R\$ 304 milhões.

No Nordeste, Salvador (BA) deve receber cerca de 182 mil leitos, com impacto estimado em R\$ 175,2 milhões, enquanto Maceió (AL) tem previsão de 137 mil leitos e R\$ 131,9 milhões em movimentação econômica.

No Sul, Balneário Camboriú (SC) aparece com 198.071 leitos ofertados e impacto econômico estimado em R\$ 190,6 milhões, seguido por Itajaí (SC), com 165.474 leitos movimentando R\$ 159,3 milhões.

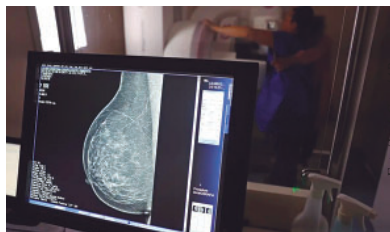
Já Paranaguá (PR) registra 36.356 leitos ofertados, com potencial de impacto econômico de aproximadamente R\$ 35 milhões.

A grande circulação de turistas na alta temporada requer um cuidado a mais de todos: manter a carteirinha de vacinação em dia. Deve-se ter atenção especial às doenças que podem afetar mais facilmente crianças não vacinadas, como sarampo, hepatites e rubéola. (Agência Brasil)

Campanha orienta trabalhadores sobre denúncias de assédio eleitoral

Saúde

Médicos lançam guia para evitar recusa de mamografia digital



Entidades médicas que atuam na prevenção, no diagnóstico e no tratamento do câncer de mama divulgaram esta semana orientações sobre como fazer o pedido da mamografia digital que, se não for preenchido com cautela, pode ser negado ou interpretado de forma equivocada por operadores de planos de saúde.

O documento, assinado pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e pela Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), tem como objetivo ampliar o acesso ao exame, considerado um dos principais métodos de rastreamento, diagnóstico e acompanhamento do câncer de mama.

Em nota, o CBR destacou que, desde 1º de outubro, os planos de saúde são obrigados a oferecer acesso à mamografia digital sem restrição de idade ou gênero, sempre que houver indicação médica. As entidades, entretanto, receberam relatos de que questões relacionadas ao preenchimento dos pedidos têm sido utilizadas para negar o procedimento ou realizar uma modalidade diferente da solicitada.

“Um pedido justificado e objetivo permite que o estabelecimento de saúde identifique o procedimento corretamente, reduza falhas nos fluxos de autorização e evite que a modalidade digital indicada pelo médico seja interpretada equivocadamente como uma mamografia convencional”, destacou o CBR.

nal”, destacou o CBR.

Orientações

O documento preparado pelas entidades propõe aos médicos uma orientação objetiva sobre o tema: sempre que a modalidade digital for a indicada, o pedido deve registrar expressamente “mamografia digital” e não apenas “mamografia”. A solicitação também deve informar a finalidade clínica, que pode ser rastreamento, investigação diagnóstica, controle de alteração mamária ou acompanhamento de tratamento.

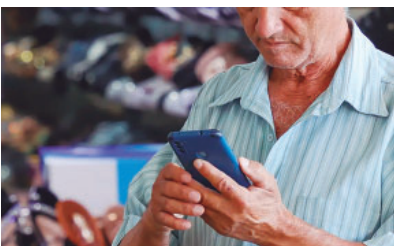
A orientação também deve informar a clínica, serviços de diagnóstico por imagem e operadoras, que devem atualizar pedidos, formulários, sistemas e fluxos de autorização para incorporar a nova regra.

Entenda

Antes da alteração feita pela ANS, a cobertura obrigatória para mamografia digital valia apenas para mulheres de 40 a 69 anos. Com a resolução normativa, idade ou gênero não podem ser usados isoladamente para negar o procedimento, desde que ele tenha sido indicado por um médico.

“A mamografia convencional já era coberta para qualquer pessoa, mas a digital era a única que tinha a faixa etária como barreira. Além disso, as imagens ficam armazenadas em formato digital, o que facilita o acompanhamento da evolução clínica e permite que diferentes especialistas avaliem os resultados”, concluiu o CBR. (Agência Brasil)

Biometria facial será obrigatória para usuários de telefonia móvel



A partir de 2027, usuários de telefonia móvel vão precisar fazer validação biométrica para contratar e manter linhas telefônicas. A obrigatoriedade foi aprovada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e tem o objetivo de coibir fraudes, já que o titular da linha telefônica passa a ser identificado.

A biometria será feita por reconhecimento facial com prova de vida, que será comparado com bases de dados já existentes, públicas ou privadas. Essa validação deve estar disponível em canais de atendimento presenciais das operadoras, além de sites e aplicativos das empresas de telefonia móvel.

Se a autenticação biométrica não for possível, a norma da Ana-

tel exige procedimentos alternativos para garantir a identificação do titular da linha.

Implementação

A implementação da norma será feita de forma gradual. Em casos de novas contas pré-pagas, o prazo para uso da biometria será 30 de setembro de 2027. Para novas ativações pós-pagas, o prazo vai até 31 de dezembro de 2027.

Os usuários de contas antigas que ainda não tenham sido cadastrados precisam fazê-lo até janeiro de 2029. As linhas não regularizadas poderão ser suspensas e canceladas. (Agência Brasil)

Trabalhadores que têm a Carteira de Trabalho Digital receberam mensagens com orientações sobre seus direitos à liberdade de escolha política e como denunciar situações de coação, ameaça ou discriminação no ambiente profissional.

A medida faz parte da campanha do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de combate ao assédio eleitoral no trabalho.

“O objetivo é reforçar que ninguém pode sofrer ameaças, ser discriminado ou perder o emprego em razão de sua escolha política. A liberdade de consciência e o sigilo do voto são direitos garantidos pela Constituição Federal”, informou a pasta.

O MTE disponibiliza um canal específico para receber denúncias de trabalhadores que sofreram ou presenciaram situações de discriminação no ambiente de trabalho relacionadas ao voto ou ao posicionamento político.

Para registrar uma denúncia, basta acessar a página assedioeleitoral.trabalho.gov.br.

As denúncias podem envolver ameaças de demissão, represálias, pressão para votar em determinado candidato ou candidata e outras formas de constrangimento ou discriminação por motivação política.

Segundo o ministério, sempre que possível, é importante informar a data e o local da ocorrência.



Foto: Marcelo Camargo/ABR

cia, identificar o empregador e descrever os fatos. Mensagens, documentos, imagens, áudio e outros registros que ajudem a

comprovar a situação também podem contribuir para a apuração e adoção de medidas cabíveis. (Agência Brasil)

Escolas públicas têm até sábado para regularizar pendências com FNDE

O prazo para que as redes de ensino de todo o país regularizem pendências junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) termina neste sábado (31). Somente com a situação regularizada as escolas que aderiram ao Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade) ficam aptas a receber os recursos federais.

O programa destina recursos financeiros extras às escolas públicas de educação básica que atendem a populações historicamente excluídas.

O objetivo é fortalecer a superar desigualdades educacionais, promover a inclusão social e reconhecer as diversidades nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Responsabilidade

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a escola com mais de 50 estudantes matriculados, segundo o Censo Escolar da



Foto: Tânia Régio/Arquivo/ABR

Educação Básica, deverá constituir o representante legal da Unidade Executora Própria (UEX) para receber os recursos do PDDE.

As Unidades Executoras Próprias são entidades privadas, sem fins lucrativos, que representam as escolas públicas ou privadas de educação especial.

Em escolas menores, os recursos são transferidos para a prefeitura, que se encarrega de fazer a execução.

O dirigente da UEX será o res-

ponsável pela regularização de pendências junto ao FNDE.

As secretarias estaduais e municipais de educação devem apoiar e orientar as escolas sobre as providências necessárias para regularização de eventuais pendências identificadas.

Regularização

O MEC disponibilizou o Guia de Resolução de Pendências, acessível pelo portal do Ministério, voltado a gestores e equipes

técnicas.

O documento reúne orientações sobre as diferentes situações que podem impedir o recebimento dos recursos, explica como identificá-las e apresenta o passo a passo para regularizar cada uma delas.

Os recursos do PDDE Equidade são para promover a melhoria das condições de oferta de materiais, da infraestrutura física da unidade e da qualidade do ensino em contextos de maior vulnerabilidade social e educacional.

Os valores que cada unidade recebe variam conforme o número de estudantes e o programa aderido.

A política pública repassa recursos para diversas frentes de ensino, entre elas a educação especial inclusiva; educação do campo; indígena e quilombola; educação bilíngue de surdos e educação de jovens e adultos (EJA) e educação das relações étnico-raciais. (Agência Brasil)

Operação Contenção: DPRJ pede R\$ 50 milhões em reparação a moradores

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) entrou com uma ação civil pública na Justiça pedindo que os moradores dos Complexos da Penha e do Alemão atingidos pela Operação Contenção sejam indenizados em R\$ 50 milhões. O valor, segundo a DPRJ, deve ser revertido em obras nas áreas de educação, saúde, esportes e lazer, além de prestação de atendimento psicossocial.

Deflagrada em 28 de outubro de 2025 nos dois complexos, na zona norte da capital fluminense, a ação resultou na morte de 122 pessoas, sendo cinco policiais e 117 não policiais.

“A Operação Contenção expôs a vida dos moradores e gerou traumas pessoais, com agressões físicas, invasão de domicílios e furto de bens, tudo feito em nome de uma positiva tentativa de reocupação territorial, mas que, na verdade, só gerou derramamento de sangue”, afirma o defensor público Marcos Paulo Dutra Santos, coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH).

“Nesta ação, estamos buscando a condenação do Estado para que disponibilize tratamento diferenciado em prol da saúde mental de todos esses moradores, cujo território ficou marcado pelo episódio de maior letalidade policial do Brasil, sem prejuízo a proteções individuais, relacionadas aos danos causados a cada um”, destaca.

Um dos casos de reparação individual envolve a família de Ronaldo Julião da Silva, assassinado aos 46 anos no dia da operação. Silva era natural de Campina Grande (PB), tinha seis filhos, trabalhava como pedreiro e não tinha anotações criminais. A ação da DPRJ defende

que “a omissão do Estado não comprometeu apenas a preservação do local, a realização da perícia e a investigação da morte, mas também o respeito à dignidade da pessoa humana, já que o corpo foi abandonado e exposto em via pública”.

Relatório

A ação civil pública ajuizada pela DPRJ tomou como base um relatório produzido pela organização internacional Human Rights Watch. O documento demonstrou o descumprimento, durante a operação, das determinações estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como ADPF das Favelas, especialmente quanto à utilização de câmeras corporais por agentes de segurança do Estado.

Os dispositivos são considerados um instrumento essencial à transparência das operações, à produção de provas e à proteção jurídica tanto da população quanto dos próprios agentes de segurança.

“O não uso de câmeras corporais acaba dificultando a elucidação de crimes. Esses equipamentos são uma garantia do morador contra arbitrariedades policiais, mas também uma garantia do bom policial, para que ele fique resguardado de eventuais acusações injustas de abuso de autoridade, por exemplo”, explica o defensor público Lucas Aparecido Alves Nunes, subcoordenador do NUDEDH.

Para Nunes, a retomada de territórios submetidos ao domínio de organizações criminosas é relevante, mas o relatório revela “excessos inadmissíveis” cometidos durante a Operação



Foto: Douglas Silva/Agência Brasil

Contenção, que representam “um contrassenso”.

“Como uma operação que objetivava uma reocupação territorial e que, portanto, foi idealizada em benefício dos próprios moradores, poderia se voltar contra eles próprios, gerando danos a patrimônios, invasões indiscriminadas a domicílios e ofensas à integridade física dos moradores?”

A ação ajuizada também se apoia em outras fontes, como o relatório produzido pelo NUDEDH em conjunto com o Projeto Mirante, encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) para auxiliar na apuração dos fatos.

Investigações

A investigação do MPRJ reúne mais de 4 mil horas de gravações de câmeras corporais, 122 laudos periciais médico-legais e 262 depoimentos de agentes públicos, prestados por 255 pessoas. O material é analisado pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp) e confrontado com registros de ocorrência, documentos operacionais de planejamento, mapas, croquis e dados so-

bre o uso de munições, para identificar possíveis divergências entre os relatos e as provas, de modo a reconstruir as circunstâncias de cada episódio.

Foram utilizadas técnicas de preservação tridimensional de imagens dos corpos, que permitem reexaminar aspectos das perícias e compará-los com outras evidências. O MPRJ realizou perícias próprias e complementares no Instituto Médico Legal (IML) e produziu laudos médico-legais relacionados às vítimas da ação. O trabalho também inclui a preservação e a análise de arquivos digitais, para garantir a integridade das provas e o cumprimento dos procedimentos de cadeia de custódia.

O Gaesp vem realizando buscas ativas por testemunhas e atividades de escuta de parentes das vítimas. Foram ouvidos 45 familiares de pessoas que morreram durante a operação. O Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) também atua no acolhimento dos familiares, com atendimento psicossocial, orientações e encaminhamentos para serviços públicos de saúde e proteção. (Agência Brasil)